



# SENADO FEDERAL

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 263, DE 2005

*Institui abono aos militares das Forças Armadas.*

### **ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

Pág.

- Autógrafo da Medida Provisória.....	02
- Medida Provisória original.....	04
- Mensagem do Presidente da República nº 725, de 2005.....	06
- Exposição de Motivos nº 455/2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	06
- Ofício nº 672/2005, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado.....	07
- Calendário de tramitação da Medida Provisória .....	08
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista.....	08
- Nota Técnica nº 18/2005, da Consultoria de Orçamento, Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.....	16
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Francisco Rodrigues (PFL-RR).....	18
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.....	25
- Legislação citada.....	27

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 263, DE 2005**

**Institui abono aos militares das Forças Armadas.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica instituído abono aos militares das Forças Armadas, nos valores mensais fixados no Anexo desta Lei, devido nos meses de outubro e novembro de 2005.**

**Parágrafo único. O abono de que trata o caput deste artigo será pago cumulativamente com as demais parcelas integrantes da estrutura remuneratória do militar das Forças Armadas e não servirá de base de cálculo para qualquer vantagem.**

**Art. 2º O valor total pago a título de abono, na forma do art. 1º desta Lei, será deduzido do valor da remuneração resultante do próximo aumento, a qualquer título, da tabela de soldo constante no Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.**

**Art. 3º Aplica-se o disposto nesta Lei aos beneficiários de pensão militar.**

**Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**ANEXO**

<b>Posto ou Graduação</b>	<b>Abono devido nos meses de outubro e novembro de 2005 (R\$)</b>
<b>1. OFICIAIS-GENERAIS</b>	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	1.511,21
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	1.401,86
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	1.313,55
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	1.072,25
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	948,41
Capitão-de-Corveta e Major	845,35
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	617,34
<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	526,56
Segundo-Tenente	445,92
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	394,75
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	68,60
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	51,75
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	48,51
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	47,58
Aprendiz-Marinheiro	56,54
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	447,20
Primeiro-Sargento	371,06
Segundo-Sargento	305,24
Terceiro-Sargento	235,40
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	159,86
Cabo (não engajado)	29,25

<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
<b>Taifeiro de 1ª Classe</b>	<b>150,08</b>
<b>Taifeiro de 2ª Classe</b>	<b>132,92</b>
<b>Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Para-Quedista (engajado)</b>	<b>87,49</b>
<b>Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)</b>	<b>79,96</b>
<b>Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe</b>	<b>22,06</b>

## **MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 263, DE 2005**

Institui abono aos militares das Forças Armadas. Pendente de parecer da Comissão Mista.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**Art. 1º** Fica instituído abono aos militares das Forças Armadas, nos valores mensais fixados no Anexo desta Medida Provisória, devido nos meses de outubro e novembro de 2005.

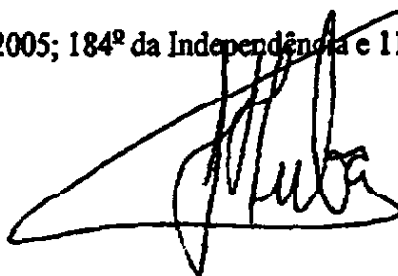
**Parágrafo único.** O abono de que trata o caput será pago cumulativamente com as demais parcelas integrantes da estrutura remuneratória do militar das Forças Armadas e não servirá de base de cálculo para qualquer vantagem.

**Art. 2º** O valor total pago a título de abono, na forma do art. 1º, será deduzido do valor da remuneração resultante do próximo aumento, a qualquer título, da tabela de soldo constante no Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

**Art. 3º** Aplica-se o disposto nesta Medida Provisória aos beneficiários de pensão militar.

**Art. 4º** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.



# ANEXO

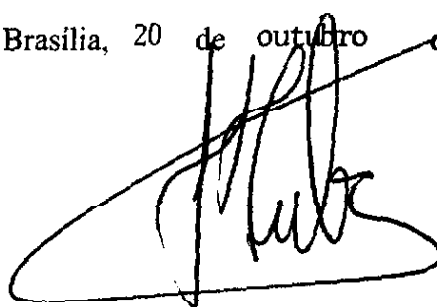
<i>Posto ou Graduação</i>	<i>Abono devido nos meses de outubro e novembro de 2005</i> (R\$)
<b>1. OFICIAIS-GERAIS</b>	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	1.511,21
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	1.401,86
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	1.313,55
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	1.072,25
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	948,41
Capitão-de-Corveta e Major	845,35
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	617,34
<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	526,56
Segundo-Tenente	445,92
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	394,75
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	68,60
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	51,75
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	48,51
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	47,58
Aprendiz-Marinheiro	56,54
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	447,20
Primeiro-Sargento	371,06
Segundo-Sargento	305,24
Terceiro-Sargento	235,40
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	159,86
Cabo (não engajado)	29,25
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
Taifeiro de 1ª Classe	150,08
Taifeiro de 2ª Classe	132,92
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Para-Quedista (engajado)	87,49
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	79,96
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	22,06

Mensagem nº 725, de 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 263, de 20 de outubro de 2005, que "Institui abono aos militares das Forças Armadas".

Brasília, 20 de outubro de 2005.



EMI/MD/MP nº 00445 /2005

Brasília, 20 de outubro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que dispõe sobre a concessão de abono aos militares das Forças Armadas, a ser pago nos meses de outubro e novembro de 2005.
2. O valor total do abono, ora instituído em caráter provisório, será deduzido da remuneração resultante da aplicação do próximo reajuste de soldos. A despeito de ser pago conjuntamente com as parcelas da remuneração dos militares das Forças Armadas, o abono não servirá de base de cálculo para qualquer vantagem.
3. A medida provisória é o instrumento legal ágil e adequado para viabilizar a concessão do abono, e assim resgatar compromisso assumido pelo Governo no que tange ao atendimento de reivindicações dos militares das Forças Armadas, a contar do mês de outubro. A despeito de encontrar-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, que trata do reajuste da Tabela de Soldo dos Militares das Forças Armadas a partir de outubro de 2005, o processo legislativo a que está submetido não permitirá a sua apreciação e sanção em tempo hábil para implantação do reajuste na folha de pagamento de outubro de 2005.
4. Na fixação dos valores do abono constantes do Anexo, procurou-se manter a proporcionalidade, além de preservar e garantir a uniformidade nos acréscimos remuneratórios.

5. Destaca-se que, de conformidade com as informações originárias da área técnica, o impacto das despesas decorrentes da presente proposta foi considerado no cálculo do resultado primário do corrente exercício no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º bimestre de 2005, de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 626, em 23 de setembro de 2005.

6. Vale ainda registrar, conforme consignado pela Secretaria de Orçamento Federal, que o valor do abono, em sendo deduzido da remuneração resultante da próxima alteração da tabela de soldo dos militares, não acarretará aumento das despesas previstas com pessoal e encargos sociais.

7. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente,

*Referenda: José Alencar Gomes da Silva, Paulo Bernardo Silva*

OF.n. 672/05/PS-GSE

Brasília, 08 de dezembro de 2005.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAES  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
**N E S T A**

**Assunto: envio de MPv para apreciação**

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 263, de 2005, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 06.12.05, que "Institui abono aos militares das Forças Armadas.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente,

  
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA  
Primeiro-Secretário

## MPV N° 263

Publicação no DO	21-10-2005
Designação da Comissão	25-10-2005 (SF)
Instalação da Comissão	26-10-2005
Emendas	até 27-10-2005 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	21-10-2005 a 3-11-2005 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	3-11-2005
Prazo na CD	de 4-11-2005 a 17-11-2005 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	17-11-2005
Prazo no SF	18-11-2005 a 1º-12-2005 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	1º-12-2005
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	2-12-2005 a 4-12-2005 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	5-12-2005 (46º dia)
Prazo final no Congresso	18-2-2006 (60 dias)

### *EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA*

CONGRESSISTAS	EMENDAS
Deputado JAIR BOLSONARO	003, 004.
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	001, 002.

**TOTAL DE EMENDAS: 004**

MPV - 263

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

data 26.10.2005	proposição Medida Provisória nº 263/05
--------------------	---

autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº de prontuário
---------------------------------------	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 2º da Medida Provisória nº 263, de 2005, que institui abono aos militares das Forças Armadas.

**JUSTIFICATIVA**

Desde janeiro do corrente ano o Poder Executivo vem debatendo sobre reajuste salarial aos Militares das Forças Armadas, sem contudo chegar a um consenso senão neste mês de outubro de 2005. Não obstante, concedeu o percentual mínimo de 13% (treze por cento) a partir de 1º deste mês, deixando para trás o compromisso assumido em 2004 de que os soldos dos mencionados militares seriam reajustados já em janeiro passado.

Destarte, a emenda pretende minimizar a situação financeira por qual passa a tropa militar (foco inclusive da imprensa sobre seus familiares reivindicando melhores salários) concedendo-lhes o abono de que trata o art. 1º da MP em tela sem qualquer dedução posterior, pois que, inclusive, os beneficiam em 2 meses, quando já deveriam perceber tal reajuste há dez meses.

Sala das Sessões,                      de                      de 2005.

  
Deputado José Carlos Aleluia  
Líder da Minoria

**00002**

**Dê-se à Medida Provisória 263, de 2005, a seguinte redação:**

**Fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Os soldos dos militares das Forças Armadas, a partir de 1º de abril de 2005, são os estabelecidos na Tabela constante do Anexo desta Lei.**

**Parágrafo único. A partir de 1º de maio de 2006, incidirá o percentual de 10% (dez por cento) sobre os valores constante do Anexo desta Lei.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 3º Ficam revogadas a Tabela I do Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 e a Lei nº 11.008, de 17 de dezembro de 2004.**

#### **JUSTIFICATIVA**

Desde janeiro do corrente ano o Poder Executivo vem debatendo sobre reajuste salarial aos Militares das Forças Armadas, sem, contudo, chegar a um consenso senão neste mês de outubro de 2005. Não obstante, concedeu o percentual mínimo de 13% (treze por cento) a partir de 1º deste mês, deixando para trás o compromisso assumido em 2004 de que os soldos dos mencionados militares seriam reajustados já em janeiro passado.

Destarte, a emenda pretende minimizar a situação financeira por qual passa a tropa militar (foco inclusive da imprensa sobre seus familiares reivindicando melhores salários) concedendo-lhes o reajuste de trata o Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, retroativo a 1º de abril de 2005, ainda que a contento da categoria seria a partir de 1º de janeiro, conforme acertado anteriormente entre o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e os comandantes máximos das três esferas que compõe as Forças Armadas, conforme noticiaram os respeitáveis jornais brasileiros.

**Ademais, não determinou no Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, o percentual de reajuste de 10% acordado entre os militares das Forças Armadas e o Senhor Presidente da República para o próximo ano (consoante notícias vinculadas nos principais jornais do Brasil), o que se faz com a emenda ora proposta.**

Sala das Sessões,      de      de 2005.

  
Deputado José Carlos Aleluia  
Líder da Minoria

## ANEXO

Posto ou Graduação	Soldo a partir de 1º de abril de 2005 (R\$)
<b>1. OFICIAIS-GERAIS</b>	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	5.595,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	5.334,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	5.100,00
<b>2. OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	4.653,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	4.464,00
Capitão-de-Corveta e Major	4.209,00
<b>3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão-Tenente e Capitão	3.357,00
<b>4. OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
Primeiro-Tenente	3.132,00
Segundo-Tenente	2.796,00
<b>5. PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.610,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	507,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	411,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	372,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	366,00
Aprendiz-Marinheiro	288,00
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Suboficial e Subtenente	2.349,00
Primeiro-Sargento	2.049,00
Segundo-Sargento	1.749,00



<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	
Sargento	1.419,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	990,00
Cabo (não engajado)	225,00
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	
Taifeiro de 1ª Classe	933,00
Taifeiro de 2ª Classe	858,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	672,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	561,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	189,00

**MPV - 263**

**00003**

### **APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> <b>26/10/2005</b>		<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 263, de 20 de outubro de 2005.</b>		
<b>Autor</b> <b>DEPUTADO JAIR BOLSONARO</b>				<b>nº do prontuário</b> <b>302</b>
<b>1 ( ) Supressiva</b>	<b>2 ( ) Substitutiva</b>	<b>3 ( ) Modificativa</b>	<b>4 (X) Aditiva</b>	<b>5 ( ) Substitutivo Global</b>
<b>Página:</b>	<b>Artigo: 3º</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>
<b>Texto / Justificação</b>				

Acrescente-se o seguinte Artigo 3º ao texto da Medida Provisória de nº 236, de 20 de outubro de 2005, renumerando-se os demais:

Art. 3º A Tabela V, do Anexo IV, da MP nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de agosto de 2005:

## ANEXO IV

**TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ**

SITUAÇÃO		VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatada, até 29/12/2000, por Junta Militar de Saúde.	Sete cotas e meia do soldo não podendo ser inferior ao soldo de cabo engajado.	Art. 2º e art 3º, inciso XV.
b	O militar que, por prescrição médica homologada, até 29/12/2000, por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.		
c	O militar que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatada por Junta Militar de Saúde.	Sete cotas e meia do soldo.	Art. 2º e art 3º, inciso XV.
d	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.		

## JUSTIFICAÇÃO

Até a edição da MP nº 2.131, de 29 de dezembro de 2000, o auxílio invalidez era pago aos militares que faziam jus a tal benefício, com o valor mínimo equivalente ao soldo de cabo engajado.

Trata-se de vantagem pessoal concedida a alguns militares sob determinadas condições, a bem da verdade, àqueles que o infortúnio lhes causou invalidez e necessidades de hospitalização ou enfermagem.

Por questões jurídicas, foi editada pelo Ministério da Defesa a Portaria Normativa nº 931, de 1º de agosto de 2005, que retirou o patamar mínimo, definindo que tal parcela remuneratória corresponderia a sete cotas e meia do soldo.

Desta forma, os militares de graus hierárquicos mais elevados mantiveram o valor nominal do benefício enquanto que, para os de menores graus hierárquicos e os que percebem cota parte de soldo, tiveram o valor nominal reduzido.

A Justiça vem reiteradamente reconhecendo o direito adquirido dos militares que, na data da mudança da legislação, tinham assegurado a percepção do auxílio invalidez com o valor mínimo equivalente ao soldo de cabo engajado.

Encontra-se em fase de elaboração no Ministério da Defesa, projeto de lei com teor idêntico ao da presente emenda, visando restabelecer o direito desses poucos militares e evitar novo acúmulo de ações judiciais.

Esta Emenda visa a restabelecer a condição anterior e fazer justiça a um pequeno segmento de militares já castigados pela própria condição de invalidez.

Cumpra ressaltar que sua aprovação não irá gerar aumento de despesa, visto que tal benefício vinha sendo pago até o mês de agosto do ano em curso, pelo Exército, e continuou, até setembro, pela Marinha e Aeronáutica, com a devida previsão orçamentária.

  
JAIR BOLSONARO - PP/RJ

**MPV - 263**

**00004**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 26/10/2005	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 263, de 20 de outubro de 2005.			
<b>Autor</b> DEPUTADO JAIR BOLSONARO			<b>nº do prontuário</b> 302	
1 ( ) Supressiva	2 ( ) Substitutiva	3 ( ) Modificativa	4 ( X ) Aditiva	5 ( ) Substitutivo Global
<b>Página:</b>	<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>
<b>Texto / Justificação</b>				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte Artigo:

"Art. Fica revogado o §2º, do Artigo 18, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001."

**JUSTIFICAÇÃO**

A Presente Emenda pretende corrigir a incoerência contida na Medida Provisória acima referenciada que permite, ao contrário do texto constitucional, que as praças prestadoras de serviço militar inicial, as praças especiais e seus pensionistas, recebam, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente.

O resguardo almejado pela Carta Magna, especificamente no inciso IV, do Art. 6º, é o de garantir o atendimento das necessidades vitais básicas que, na realidade, já se vêem comprometidas com o atual patamar atribuído.

Valor aquém deste não nos parece justo, mormente quando se trata do militar que, compulsoriamente, presta serviço à sua pátria ou que almeja carreira no segmento da segurança nacional.

  
**JAIR BOLSONARO – PP/RJ**

**CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

**NOTA TÉCNICA Nº 18/2005**

**SUBSÍDIOS ACERCA DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 263, DE 20 DE OUTUBRO DE 2005.**

**1. INTRODUÇÃO**

A presente Nota Técnica atende a determinação do Art. 19 da Resolução n.º 1, de 2002 - CN, que estabelece: *“o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da medida provisória”*.

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 146, de 2005-CN (mensagem nº 725, na origem) a Medida Provisória nº 263, de 20 de outubro de 2005 (MP 263/05), que *“Institui abono aos militares das Forças Armadas”*.

**2. SÍNTESE DA MEDIDA PROVISÓRIA E ASPECTOS RELEVANTES**

Segundo os elementos contidos na Exposição de Motivos nº EMI/MD/MP nº 00445/2005, de 20 de outubro de 2005, dos Ministros da Defesa e do Planejamento,

Orçamento e Gestão, que instrui a proposição submetida à deliberação do Congresso Nacional, a MP tem por objeto concessão de abono aos militares das Forças Armadas, a ser pago nos meses de outubro e novembro de 2005, o qual será deduzido da remuneração resultante da aplicação do próximo reajuste de soldos.

Quanto aos fundamentos para a “urgência” da medida, é alegado, na Exposição de Motivos:

*“3. A medida provisória é o instrumento legal ágil e adequado para viabilizar a concessão do abono, e assim resgatar compromisso assumido pelo Governo no que tange ao atendimento de reivindicações dos militares das Forças Armadas, a contar do mês de outubro. **A despeito de encontrar-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, (grifo nosso) que trata do reajuste da Tabela de Soldo dos Militares das Forças Armadas a partir de outubro de 2005, o processo legislativo a que está submetido não permitirá a sua apreciação e sanção em tempo hábil para implantação do reajuste na folha de pagamento de outubro de 2005.**”*

### **3. COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

O Resolução nº 1, de 2002 – CN, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, em seu Art. 5º, define o exame de adequação orçamentária e financeira como: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes (principalmente as de ordem constitucional), em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 [LRF], a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

Cumpre salientar que essa caracterização deve ser, antes de mais nada, complementada pelas disposições da Constituição Federal que rege a matéria.

De acordo com o caput do art. 62, a expedição de Medidas Provisórias pelo Presidente da República ocorrerá nos casos de relevância e urgência, que não se apresentam demonstrados na EM que acompanha a Mensagem.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 (Lei nº 10.934/05) traz ainda a seguinte exigência:

*Art. 117, Os projetos de lei e medidas provisórias que importem diminuição da receita ou aumento das despesa da União (grifos nossos) no exercício*

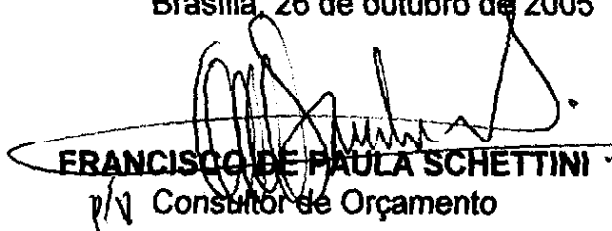
*de 2005 deverão estar acompanhados de demonstrativo discriminando o montante da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2005 a 2007, detalhando a memória de cálculo respectiva."*

A Medida Provisória não atende a essa exigência legal.

Registre-se que a EM mencionada inova na justificação da MP quando afirma, no seu item 5 que "...o impacto das despesas decorrentes da presente proposta foi considerado no cálculo do resultado primário do corrente exercício no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º bimestre de 2005...". Se foi considerado, tudo bem, mas não podemos admitir que não se demonstre os impactos ~~orçamentário~~ e financeiro da aplicação da MP e que não se aponte a origem dos recursos para sua execução, como exigem a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO vigente.

São esses os subsídios que entendemos pertinentes propiciar para auxiliar os trabalhos e decisões da Relatoria.

Brasília, 26 de outubro de 2005

  
**FRANCISCO DE PAULA SCHETTINI**  
p/v Consultor de Orçamento

<p><b>PARECER DO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 263, DE 2005</b></p>
---

**O SR. FRANCISCO RODRIGUES** (PFL-RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui indicado pelo meu partido, o Partido da Frente Liberal, para apresentar parecer à Medida Provisória nº 263, que institui abono aos militares das Forças Armadas.

Peço ao nobre Presidente a dispensa da leitura do relatório, por ser consensual. Este relatório dá apenas sustentação jurídica ao abono já efetivado nos meses de outubro e novembro, em razão da Lei nº 11.201.

Do mérito.

Desde janeiro do corrente ano, o Poder Executivo vem debatendo a questão do reajuste salarial dos militares das Forças Armadas sem, contudo, chegar a um consenso senão no mês de outubro deste ano. Não obstante, concedeu o percentual mínimo de 13% a partir de 1º de outubro deste ano, através do PL nº 6.031, de 2005, deixando para trás o compromisso assumido em 2004 de que os soldos dos mencionados militares seriam reajustados já em janeiro passado.

Conquanto não tenha sido aprovado em tempo oportuno o PL acima mencionado, o Governo editou a Medida Provisória em apreço instituindo o abono nos meses de outubro e novembro de 2005, com vistas a compensar o aludido reajuste, determinando, ainda, que tal benefício pecuniário ora concedido seja deduzido quando do próximo reajuste do soldo dos militares das Forças Armadas.

No concernente ao aspecto formal e material, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária. E, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº263, de 2005, na forma de Projeto de Lei de Conversão em anexo; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 4, em face da ausência de legalidade constitucional, por acarretar aumento de despesas em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República (inciso I do art. 63; art. 61, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal).

É o parecer.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**

**PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 263, DE 2005  
(Mensagem nº 725, DE 2005, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)**

**"Institui abono aos militares das  
Forças Armadas."**

**Autor: Poder Executivo**

**Relator: Dep. Francisco  
Rodrigues**

**I - RELATÓRIO**

Em 21 de outubro de 2005, o Poder Executivo publicou no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 263, que "institui abono aos militares das Forças Armadas", cujos valores mensais foram fixados no seu Anexo, devido nos meses de outubro e novembro de 2005, enviando-a a este Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 725, de 2005.

Consoante a exposição de motivos, frisou que a norma transitória em tela "é o instrumento legal ágil e adequado para viabilizar a concessão do abono e, assim, resgatar compromisso assumido pelo Governo no que tange ao atendimento de reivindicações dos militares das Forças Armadas, a contar do mês de outubro." Enfatizou, ainda, que o Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, que tratou do reajuste da Tabela de Soldo dos mencionados militares a partir de outubro do ano corrente não seria apreciado e aprovado em tempo hábil para implementação ainda na folha de pagamento do mês de outubro.

Destacou que, de conformidade com as informações originárias da área técnica, o impacto das despesas decorrentes da presente proposta foi considerado no cálculo do resultado primário do corrente exercício no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º bimestre de 2005, de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 626, em 23 de setembro de 2005.

Foram apresentadas à Medida Provisória 4 emendas, a seguir especificadas:

Emenda nº 1, do Deputado José Carlos Aleluia, suprime o art. 2º da MP, com o intuito de o abono ora concedido não ser deduzido do próximo reajuste do soldos dos militares das Forças Armadas.

Emenda Global nº 2, do Deputado José Carlos Aleluia, concede reajuste do soldo dos militares das Forças Armadas de que trata o PL nº 6.031, de 2005, a partir de abril de 2005, bem como determina reajuste de 10% (dez por cento), a partir de 1º de maio de 2006, alegando, para tanto, que o Governo não previa no PL reajuste para o ano de 2006, apesar de assim ter acordado.

Emenda nº 3, do Deputado Jair Bolsonaro, acresce à MP o art. 3º, no sentido de dar nova redação à Tabela V, do Anexo IV, da MP nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, atribuindo efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2005.

Emenda nº 4, do Deputado Jair Bolsonaro, revoga o § 2º do art. 18 da MP nº 2.215, de 2001, com o objetivo de garantir a remuneração mínima de um salário mínimo às praças prestadores de serviço militar inicial e as praças especiais e seus pensionistas.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

### **DA ADMISSIBILIDADE**

Nos termos do consubstanciado na carta Política vigente, art. 62, § 5º, e consoante Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, art. 5º, é de competência do Congresso Nacional, no tocante às medidas provisórias, observar e deliberar sobre o atendimento dos pressupostos da relevância e a urgência, bem como sobre a adequação orçamentária e financeira e o mérito.

Dispõe o art. 62 da Constituição Federal que o Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Já §1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, determina que, na data da publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, será enviado ao Congresso Nacional o seu texto, acompanhado da respectiva mensagem e documentos que justifiquem os motivos à sua edição, pois que a admissibilidade depende da comprovação da relevância e urgência.

A instituição de abono nos meses de outubro e novembro de 2005 aos militares das Forças Armadas até à sanção do Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, foi medida que se impôs em face da demora de o Poder Executivo ter enviado a este Parlamento o citado Projeto, inobstante o debate em torno da matéria suceda desde Janeiro do ano em curso entre o Presidente da República e os comandantes máximos das três esferas que compõem as Forças Armadas. Destarte, concluímos urgência, para efeito de exame de medida provisória, sob dois aspectos: *“a primeira seria aquela em que um fato surge de forma não prevista, inesperada, e exige a atuação imediata da autoridade competente; e a outra seria aquela em que se está diante de um fato previsível mas, por negligência ou algum outro tipo de impedimento, a autoridade competente não atua com a necessária e adequada antecipação e providência.”*

A edição da Medida Provisória do abono aos militares que especifica justificou-se em razão de o governo ter concedido reajuste a partir de 1º de outubro de 2005 por meio do PL 6.031/2005 (convertido na Lei nº 11.201/2005), mas enviando somente a esta Casa no final de setembro, o que em razão dos prazos e procedimentos regimentais do processo legislativo a que submetu-se-se não foi possível sua apreciação em tempo oportuno para concretizar o pagamento já na folha de outubro próximo passado. Assim, a edição da presente MP enquadra-se sob o enfoque da segunda perspectiva, quer dizer, o Presidente da República previu o fato, porém não atuou antecipadamente para evitar a edição de mais esta Medida Provisória.

À propósito, de se estranhar que, apesar da previsão de que não seria possível este Congresso aprovar o Projeto de Lei a permitir a implementação do citado reajuste a contar de outubro de 2005, o Poder Executivo não tenha se valido da Medida Provisória para instituir o reajuste de 13%, em contramão injustificável para apresentar dois instrumentos normativos, com o fim de solucionar um mero ato administrativo, de cunho exclusivo de sua competência, ainda que à mercê de apreciação deste Parlamento.

Neste momento, entretanto, a fim de evitar um prejuízo maior aos integrantes das Forças Armadas Brasileira e seus familiares, somos forçados a aceitar também a urgência desta Medida Provisória, muito embora pudesse ter havido uma atuação mais acertada do Poder Executivo, haja vista o acordo havido desde o ano passado entre o Presidente Lula e os comandantes das Forças Armadas de reajustar a partir de janeiro do ano em curso o soldo dos mencionados servidores militares, o que o governo não cumpriu.

Em razão dos argumentos acima expandidos, os requisitos constitucionais de relevância e urgência da presente medida provisória restam evidenciados, em face de que somos pela admissibilidade da Medida Provisória sob análise.

## **DA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA**

Do ponto de vista constitucional, a matéria tratada na medida provisória é de competência exclusiva do Presidente da República (art. 61, § 1º, alínea "a"), observando que não se contrapõe aos temas cujo tratamento é vedado por intermédio desse instrumento normativo (art. 62, §1º, da Constituição Federal).

Em razão da medida provisória em tela coadunar-se com o ordenamento jurídico vigente e cuja redação atende a todas as normas relativas à boa técnica legislativa, em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001, que dispõe sobre a elaboração e consolidação das leis, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 263, de 2005.

## **DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O estudo da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 263, de 2005, seguiu as disposições da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, cujo § 1º do art. 5º define que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Sob esses aspectos manifesto-me pela admissibilidade da MP 263/2005, uma vez que constam da lei orçamentária recursos suficientes para atender suas finalidades, conforme noticia a exposição de motivos que *"as despesas decorrentes da presente proposta foi considerado no cálculo do resultado primário do corrente exercício no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º bimestre de 2005, de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 626, em 23 de setembro de 2005."*

## DO MÉRITO

Desde janeiro do corrente ano o Poder Executivo vem debatendo sobre reajuste salarial aos militares das Forças Armadas (foco inclusive da imprensa sobre seus familiares reivindicando melhores salários), sem, contudo, chegar a um consenso senão no mês de outubro de 2005. Não obstante, concedeu o percentual mínimo de 13% (treze por cento) a partir do dia 1º de outubro deste ano (PL nº 6.031/2005), deixando para trás o compromisso assumido em 2004 de que os soldos dos mencionados militares seriam reajustados já em janeiro passado.

Conquanto não tenha sido aprovado em tempo oportuno o PL retro-mencionado, o Governo editou a Medida Provisória em apreço instituindo o abono nos meses de outubro e novembro de 2005, com vistas a compensar o aludido reajuste, determinando, ainda, que tal benefício pecuniário ora concedido seja deduzido quando do próximo reajuste do soldo dos militares das Forças Armadas.

No concernente ao aspecto formal e material, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 263, de 2005, na forma do Projeto de Lei de Conversão em Anexo, e pela rejeição das emendas de números 1 a 4, em face da ausência da legalidade constitucional, por acarretar aumento de despesas de projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República (inciso I do art. 63 c/c art. 61, inciso II, alínea "a" da C.F.).

Sala das Sessões,      de      de 2005.

  
Deputado Francisco Rodrigues  
Relator - PFL/RR

## Consulta Tramitação das Proposições

**Proposição:** **MPV-263/2005**

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 21/10/2005

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento; NATEC(SGM): Aguardando Parecer.

**Ementa:** Institui abono aos militares das Forças Armadas.

**Explicação da Ementa:** Concedendo abono ao militar nos meses de outubro e novembro de 2005.

**Indexação:** Abono Salarial, Militar, Forças Armadas, mês, outubro, novembro, extensão, pensão militar.

**Despacho:**

4/11/2005 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

**MSC 725/2005 (Mensagem) - Poder Executivo**

### Legislação Citada

**Emendas**

- MPV26305 (MPV26305)

**EMC 1/2005 MPV26305 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia**

**EMC 2/2005 MPV26305 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia**

**EMC 3/2005 MPV26305 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jair Bolsonaro**

**EMC 4/2005 MPV26305 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jair Bolsonaro**

**Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV26305 (MPV26305)

**PPP 2 MPV26305 (Parecer Proferido em Plenário) - Francisco Rodrigues**

**Última Ação:**

6/12/2005 - PLENÁRIO (PLEN) - De acordo com a Questão de Ordem nº 653, levantada pelo Dep. Jorge Alberto (PMDB SE) e deferida pela Presidência, vai ao Senado Federal a Medida Provisória nº 263, de 2005, incluindo o processado. (MPV 263-A/05)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
21/10/2005	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
21/10/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 22/10/2005 a 27/10/2005. Comissão Mista: 21/10/2005 a 03/11/2005. Câmara dos Deputados: 04/11/2005 a 17/11/2005. Senado Federal: 18/11/2005 a 01/12/2005. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 02/12/2005 a 04/12/2005. Sobrestar Pauta: a partir de 05/12/2005. Congresso Nacional: 21/10/2005 a 19/12/2005. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 20/12/2005 a 18/02/2006.
4/11/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
8/11/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 9/11/2005.
21/11/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 19:41)

21/11/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 261/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
22/11/2005	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Francisco Rodrigues (PFL-RR), para proferir parecer em plenário pela comissão mista do Congresso Nacional a esta medida provisória e às 4 emendas apresentadas.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
5/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Francisco Rodrigues (PFL-RR), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e rejeição das emendas de nºs 1 a 4.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiram a Matéria: Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ), Dep. Ricardo Barros (PP-PR) e Dep. Jair Bolsonaro (PP-RJ).
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação em turno único.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Ricardo Barros (PP-PR).
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 263, de 2005, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Questão de Ordem nº 653 levantada pelo Dep. Jorge Alberto (PMDB-SE) arguindo qual o procedimento a ser adotado uma vez que o Projeto de Lei de Conversão apresentado pelo Relator, Dep. Francisco Rodrigues (PFL-PR), e votado pelo Plenário, é rigorosamente igual ao texto desta Medida Provisória. Deferida pela Presidência.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Francisco Rodrigues (PFL-RR).
6/12/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> De acordo com a Questão de Ordem nº 653, levantada pelo Dep. Jorge Alberto (PMDB-SE) e deferida pela Presidência, vai ao Senado Federal a Medida Provisória nº 263, de 2005, incluindo o processado. (MPV 263-A/05)
7/12/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à SEAUT

Cadastrar para Acompanhamento

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 31 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

#### ANEXO I

#### TABELA II – ESCALONAMENTO VERTICAL

##### Posto ou Graduação

1. OFICIAIS GERAIS	Índico
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	1000
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	953
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	911
2. OFICIAIS SUPERIORES	E
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	831
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	798
Capitão-de-Corveta e Major	763
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	E
Capitão-Tenente e Capitão	600
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	E
Primeiro-Tenente	560
Segundo-Tenente	500
5. PRAÇAS ESPECIAIS	E
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	467
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	90
Aspirante e Cadete (demais anos) Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica	73

<b>Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva</b>	
<b>Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos</b>	<b>67</b>
<b>Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete</b>	<b>65</b>
<b>Aprendiz Marinheiro</b>	<b>51</b>
<b>6. PRAÇAS GRADUADAS</b>	<b>E</b>
<b>Suboficial e Subtenente</b>	<b>420</b>
<b>Primeiro-Sargento</b>	<b>366</b>
<b>Segundo-Sargento</b>	<b>313</b>
<b>Terceiro-Sargento</b>	<b>253</b>
<b>Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor</b>	<b>177</b>
<b>Cabo (não engajado)</b>	<b>40</b>
<b>7. DEMAIS PRAÇAS</b>	<b>E</b>
<b>Taifeiro de 1ª Classe</b>	<b>167</b>
<b>Taifeiro de 2ª Classe</b>	<b>153</b>
<b>Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Cometeiro de 1ª Classe e Soldado Para-Quedista (engajado)</b>	<b>120</b>
<b>Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Cometeiro de 2ª Classe. Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado).</b>	<b>100</b>
<b>Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Cometeiro de 3ª Classe</b>	<b>34</b>